

Desde a última reunião do Conselho Europeu até à reunião do Eurogrupo, assistimos a um alinhar de posições tentando justificar a incapacidade de decisão dos responsáveis europeus

Europa: responsabilidade e bom senso

António Mendonça

Na sequência das recentes decisões do Eurogrupo sobre o pacote de ajuda à economia europeia no montante de €540 mil milhões, veio-me à memória uma afirmação de

Bertolt Brecht na sua peça de teatro “A Exceção e a Regra”, escrita no contexto da Alemanha dos anos 20 do século passado. Cito de memória: “Pedimos expressamente que não achem natural aquilo que sempre acontece.”

De facto, não deixa de ser impressionante a atitude generalizada, de responsáveis políticos, económicos ou de simples comentadores, sobre o modo como as instituições europeias, particularmente aquelas que têm maiores responsabilidades, tomam as suas decisões, mesmo em contextos em que a rapidez, a agilidade, a mobilização dos meios adequados e o foco deviam ser a exigência. Nesta crise, em que a analogia com a situação de guerra tem sido muito utilizada, podemos imaginar o que seria um exército comandado por um Estado-Maior que adiasse sistematicamente as decisões fundamentais em pleno campo de batalha e nunca tomasse as decisões na dimensão requerida para enfrentar com sentido de vitória o inimigo. É óbvio que estava aberto o caminho para o desastre.

Desde a última reunião do Conselho Europeu até à reunião do Eurogrupo, assistimos a um alinhar de posições tentando justificar a incapacidade de decisão dos responsáveis europeus como decorrendo das próprias características do processo de decisão das instituições, um processo com sucessivas iterações que demora a convergir, mas que acaba sempre por tomar a decisão que mais se ajusta ao interesse europeu. Como complemento desta atitude,

criam-se expectativas demasiadamente baixas relativamente às decisões que estão sobre a mesa, para, uma vez estas tomadas, se dizer que excederam as expectativas e que a responsabilidade coletiva e a solidariedade europeia deram mostras da sua vitalidade.

Pois bem, seguindo o conselho de Brecht, é precisamente esta “normalidade” que é importante pôr em causa na sua “naturalidade” e considerá-la uma aberração que importa eliminar, sob pena de continuarmos a aprofundar os fatores de uma crise mais profunda de identidade e de objetivos que o projeto europeu atravessa há mais de três décadas, desde que caiu o Muro de Berlim, e que ameaça aprofundar-se.

Tem-se comparado muito a situação que se vive atualmente com a que se vivia no pós-Segunda Guerra Mundial, quando se lançou o Plano Marshall para apoiar a reconstrução da economia europeia e mundial. Todavia, talvez a comparação mais adequada não seja com a Segunda, mas com a Primeira Guerra Mundial, quando os dirigentes europeus demonstraram não estar à altura de enfrentar os desafios que então se colocavam.

E vem-me à memória uma segunda referência literária, não de uma peça de teatro, mas de uma peça económica, escrita por Keynes em 1919, na ressaca das negociações que conduziram ao Tratado de Paz de Versalhes. O escrito em questão intitula-se “As consequências económicas da paz” e nele se pode encontrar uma das mais lúcidas análises do período histórico em que ocorreu o primeiro grande conflito mundial. E, sobretudo, uma crítica implacável ao modo como os responsáveis económicos e políticos da época se mostraram incapazes de dar resposta aos problemas, ao produzirem um tratado que não só era com-

pletamente desajustado das realidades e necessidades da altura, como, ao impor penalizações e indemnizações à Alemanha humilhantes e impagáveis, acabou por favorecer a ascensão do nazismo e outros autoritarismos que desembocaram na Segunda Guerra Mundial. Um texto que hoje deveria ser objeto de leitura obrigatória para todos quantos, de uma forma ou de outra, têm intervenção na situação atual.

Comparar a situação que hoje se vive com aquela que existia à saída da Segunda Guerra Mundial tem de ser feito com muitas reservas.

Desde logo, porque o mundo não se confronta com destruições físicas de instalações, de edifícios, de equipamentos, de infraestruturas, de sistemas de transportes e de logística, de circuitos económicos, ou com a inoperacionalidade de sistemas de investigação e de desenvolvimento tecnológico, de sistemas financeiros ou de instituições nacionais e internacionais, como se confrontava à saída da Segunda Guerra Mundial, em que tudo isto tinha colapsado. E, portanto, o desafio que se coloca hoje não é o da reconstrução em termos físicos das estruturas económicas, mas o da reposição do funcionamento dos circuitos económicos

normais. O que requer uma intervenção de natureza mais qualitativa, mais flexível e descentralizada, que exige uma monitorização mais fina e uma maior dependência da gestão macroeconómica, seja na vertente orçamental, seja na vertente monetária.

Hoje, para utilizarmos os conceitos económicos consagrados, dispomos de uma quantidade imensa de capital humano, físico, tecnologia, ambiente institucional e político, recursos de múltipla natureza, que, se forem convenientemente combinados, poderão dar resposta a todos os problemas, incluindo no domínio da saúde.

E, sobretudo, existe a capacidade para pensar mais a prazo.

É importante reconhecer que neste plano a solução não está no regresso ao passado, às economias fechadas, ao bilateralismo, ao nacional em primeiro lugar. Mas, antes, num “regresso ao futuro”, a um projeto de colocação da economia em primeiro lugar, ao serviço das necessidades das populações, a um projeto de revisão do papel das instituições internacionais e das políticas económicas, no sentido de se orientarem para a gestão da economia global, para a regulação preventiva das relações económicas internacio-

nais, para a construção de um sistema que permita fazer face rapidamente a situações como a da covid-19, que terão tendência a ser mais frequentes à medida que a integração global aumenta.

Mas existe um problema sério que tem a ver com a responsabilidade dos atuais dirigentes. Estarão eles mais próximos do espírito que levou à criação do sistema de Bretton Woods e do Plano Marshall ou do espírito que mergulhou a economia europeia e mundial num dos períodos mais críticos da sua história, que foram as décadas 20 e 30 do século passado?

Acreditamos que as boas referências e o bom senso acabem por produzir resultados.

Comparar a situação que hoje se vive com aquela que existia à saída da Segunda Guerra Mundial tem de ser feito com muitas reservas

Professor catedrático do ISEG – Universidade de Lisboa; Presidente do CEa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento; Presidente da DRCA da Ordem dos Economistas

